Boletim de Jurisprudência

Turmas

Secretaria de Gestão da Informação Institucional
Serviço de Gestão Normativa e Jurisprudencial
Setor de Divulgação

82/2011

As ementas contidas neste boletim se constituem em publicação oficial deste Tribunal. O inteiro teor dos acórdãos, oferecido através de "links" de acesso rápido, julgados nas Turmas a partir de 22 de fevereiro e publicados a partir de 1º de março estão disponíveis na página do Tribunal, na internet, com validade legal para todos os efeitos. Consulte o [Provimento GP nº 03/2010](#).

ACIDENTE DO TRABALHO E DOENÇA PROFISSIONAL

Indenização

Acidente do trabalho. Responsabilidade. Empregado que sofre acidente típico de trabalho, com redução permanente de sua capacidade laborativa, em razão de funcionamento espontâneo de máquina (v. guilhotina) e amputação de dois dedos e limitação de um terceiro dedo da mão esquerda, por falha na manutenção e improvisação do equipamento, tem direito a pensão mensal (CC, 950), por omissão da ré no cumprimento do seu dever legal de zelar pela segurança e saúde do trabalhador (CF, art. 7º, XXII; CLT, 157, II; Lei 8.213/91, 19, parágrafo 1º). Culpa do empregador caracterizada pelos danos provocados à saúde do trabalhador(CC,186). (TRT/SP - 02352003220075020431 - RO - Ac. 6ªT [20110583862](#) - Rel. RAFAEL E. PUGLIESE RIBEIRO - DOE 20/05/2011)

ATLETA PROFISSIONAL

Rescisão

1. Atleta Profissional. Resilição contratual por acordo. Possibilidade jurídica. Se as partes, de comum acordo, decidiram por fim ao contrato de trabalho antes do término pactuado, tal avença se mostra perfeitamente válida na seara do Direito Laboral, à luz do então vigente artigo 21, da Lei 6354/76 (revogada pela Lei 12.395/11) - o qual, realce-se, não estabelecia forma especial para a resilição -. De ser aqui lembrada a natureza especial de que se reveste a relação jurídica entre a entidade desportiva e o atleta profissional, levando à conclusão de que o distrato acaba por beneficiar esse último, considerada a possibilidade de o mesmo negociar livremente as cláusulas contratuais e as melhores condições de trabalho com o empregador que melhor lhe convier. Impende destacar, ainda, que, conquanto a Lei 6.354/76 tenha sido revogada, certo é que a alteração legislativa introduzida pela já citada Lei 12.395/11 deu nova redação ao parágrafo 5º, do artigo 28, da Lei 9.615/98 (Lei Pelé) - a qual instituiu normas gerais sobre o desporto -, remanescendo prestigiada em seu inciso I a possibilidade de dissolução do vínculo desportivo do atleta com a entidade contratante por meio do distrato. 2. Multa prevista no artigo 28, da Lei 9.615/98. Indevida ao atleta profissional. Inteligência dos artigos 31, parágrafo 3º, 33 e 57, inciso II, da Lei Pelé, vigentes até a edição da Lei 12.395/11. A interpretação sistemática da Lei 9615/98, considerada a redação anterior à edição da Lei 12.395/11, induz à conclusão de que a obrigação relativa à cláusula penal é imposta apenas ao atleta que deu azo ao rompimento antecipado do pacto laboral, ou seja, a beneficiária exclusiva da penalidade é a própria entidade desportiva, em razão dos investimentos despendidos com a formação e a manutenção do jogador. Em outras palavras, denota-se do sistema legal em epígrafe que a cláusula penal será devida apenas pelo atleta em relação à entidade desportiva, nos casos de rescisão antecipada. Já a multa aplicável, nas hipóteses de rescisão indireta por falta do clube ou voluntária e antecipada por iniciativa do empregador seria aquela a que alude o artigo 479, da CLT, a teor das disposições contidas no parágrafo 3º, do artigo 31,

da já citada Lei 9615/98. (TRT/SP - 00015301320105020065 - RO - Ac. 9ªT [20110877580](#) - Rel. JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA - DOE 15/07/2011)

BANCÁRIO

Jornada. Adicional de 1/3

RECURSO ORDINÁRIO. CARGO DE CONFIANÇA. NÃO CONFIGURAÇÃO. HORAS EXTRAS EXCEDENTES DA 6ª DIÁRIA DEVIDAS. 1. Como cediço, o enquadramento do bancário na hipótese prevista no parágrafo 2º do artigo 224, da CLT, exige exercício de função de direção, gerência, fiscalização, chefia e equivalentes ou qualquer outra de confiança, desde que acompanhada de atributos diretivos e gerenciais. Por se tratar o exercício do cargo de confiança bancário, fato impeditivo ao direito à jornada especial assegurada aos bancários, o ônus probatório da fidúcia especial, recai sobre o reclamado, do qual não se desvencilhou na espécie. 2. Neste íterim, calha esclarecer que, ao revés da tese patronal, o pagamento de gratificação de função tem o objetivo de remunerar a responsabilidade do cargo, não as horas extraordinárias. Se fosse suficiente o recebimento da "gratificação de função", para excluir o bancário do caput do artigo 224, não seria necessário enumerar as funções que impõe a inclusão. Para tanto, bastaria que o legislador mencionasse o pagamento da gratificação e ponto final. Se as enumerou é porque a função deve possuir atributos especiais que a distinga das demais. 3. Recurso obreiro conhecido e provido no item. (TRT/SP - 01967008520085020066 (01967200806602005) - RO - Ac. 4ªT [20110936366](#) - Rel. MARIA ISABEL CUEVA MORAES - DOE 05/08/2011)

Justa causa

Bancário. Emissão de cheques sem fundos. Justa causa caracterizada, nos termos do então vigente artigo 508, da CLT. Isonomia não violada. Revogação posterior do referido dispositivo consolidado pela Lei 12.347/10, de 13/12/2010. Não descaracterização da falta grave, a teor da disciplina extraída do artigo 482, alínea a, do Diploma Consolidado. As disposições contidas no então vigente artigo 508, da CLT não violavam o princípio da isonomia insculpido no artigo 5º, "caput", da Constituição Federal. A falta de pagamento de dívidas legalmente exigíveis, no conceito das quais se insere a emissão de cheques sem a devida provisão de fundos, há muito se encontra em nosso ordenamento jurídico, tipificado no Código Penal (artigo 171, inciso V, parágrafo 3º). Assim, se tal prática se traduz em delito, por certo enseja a rescisão do contrato de trabalho de qualquer empregado - e não apenas do bancário - à luz do contido no artigo 482, alínea a, da CLT e, portanto, em derradeira análise, remanesce até mesmo irrelevante a revogação do já citado artigo 508, consolidado, pela Lei 12347/10, de 13/12/2010. Nesse contexto, analisados o artigo 5º, da Carta Magna, o artigo 171, do Código Penal, o artigo 482, alínea a, da CLT e do já revogado artigo 508, também do Diploma Consolidado, não se extrai qualquer traço de discriminação para com os trabalhadores bancários. Em verdade, a reiteração por parte do legislador foi no sentido de preservar a imagem da entidade bancária empregadora, a qual é espelhada, ao menos em parte, pela conduta de seus empregados. (TRT/SP - 01651008420075020291 - RO - Ac. 9ªT [20110829543](#) - Rel. JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA - DOE 08/07/2011)

COMPETÊNCIA

Servidor público (em geral)

CONTRATO DE TRABALHO FIRMADO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RELAÇÃO DE NATUREZA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA COMUM. A relação jurídica estabelecida entre a administração pública e o empregado contratado para o exercício de cargo em comissão é de natureza administrativa, e não trabalhista, de sorte que a competência para apreciar e julgar esse tipo de demanda é da Justiça Comum, e não da Justiça do Trabalho. (TRT/SP - 01752005220095020025 (01752200902502000) - RO - Ac. 3ªT [20110919160](#) - Rel. MERCIA TOMAZINHO - DOE 22/07/2011)

ESTABILIDADE OU GARANTIA DE EMPREGO

Contratual

Garantia de emprego. Estabilidade estendida aos portadores de doença profissional/ocupacional. Norma de autocomposição. Tendo os convenientes elástico a estabilidade conferida à vítima de acidente de trabalho aos portadores de doença profissional/ocupacional, referida cláusula deverá ser observada, haja vista o prestígio conferido pela Constituição Federal às normas de autocomposição. (TRT/SP - 01638006920085020221 (01638200822102000) - RO - Ac. 17ªT [20110922926](#) - Rel. ORLANDO APUENE BERTÃO - DOE 22/07/2011)

EXECUÇÃO

Fraude

"Da alegada existência de fraude a execução. Incontrovertido nos autos que a alienação do imóvel, cuja declaração de ineficácia ora se postula, deu-se antes do direcionamento da execução contra os sócios alienantes. Dessa maneira, à época da venda, portanto, a execução prosseguia em face da reclamada, não tendo ocorrido até então a despersonalização da pessoa jurídica a justificar a execução dos sócios alienantes. Tampouco se pode afirmar que ao tempo da alienação existia demanda em curso capaz de reduzir o sócio à insolvência, já que a execução no momento da alienação corria em face da empresa. Nessa esteira, a alienação ocorrida anteriormente à inclusão do sócio é válida e eficaz, não se havendo falar em fraude à execução. Inteligência do artigo 593, II do CPC. Mantenho. AGRAVO DE PETIÇÃO A QUE SE NEGA PROVIMENTO." (TRT/SP - 00129009219895020301 - AP - Ac. 10ªT [20110937818](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 02/08/2011)

Recurso

AGRAVO DE PETIÇÃO - GARANTIA DO JUÍZO - PRESSUPOSTO RECURSAL OBJETIVO - A garantia do juízo exigida pelo artigo 884, da CLT implica o depósito integral do importe apurado após regular liquidação de sentença, sendo necessária a complementação quando não alcançado esse montante com a quantia caucionada anteriormente. No caso de interposição de agravo de petição, trata-se de pressuposto recursal objetivo, respaldado pela jurisprudência majoritária do C.TST, como se depreende do item II, da Súmula 128. Agravo de petição não conhecido. (TRT/SP - 00378008420085020201 - AP - Ac. 8ªT [20110956898](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 05/08/2011)

FALÊNCIA

Execução. Prosseguimento

Falência. Competência para a satisfação do crédito. A execução trabalhista se suspende com a decisão judicial de decretação de falência (Lei 11.101/05, art. 6º, caput), havendo algumas exceções, como a hipótese em que ainda não foi apurado o valor devido (art. 6º, parágrafo 1º e 2º). A competência da Justiça do Trabalho restringe-se à declaração do crédito e fixação do seu montante, para posterior habilitação em juízo universal. Embora privilegiado, o crédito trabalhista também se submete às normas falimentares. (TRT/SP - 00153004320075020012 - AP - Ac. 6ªT [20110583870](#) - Rel. RAFAEL E. PUGLIESE RIBEIRO - DOE 20/05/2011)

INSALUBRIDADE OU PERICULOSIDADE (EM GERAL)

Enquadramento oficial. Requisito

O adicional de periculosidade é devido apenas aos empregados que trabalham em sistema elétrico de potência em condições de risco (Orientação Jurisprudencial nº 324 da SDI-I do C. TST. (TRT/SP - 00588000420065020075 (00588200607502007) - RO - Ac. 17ªT [20110902097](#) - Rel. SERGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - DOE 15/07/2011)

JORNADA

Intervalo violado

INTERVALO INTRAJORNADA (PARA REPOUSO E ALIMENTAÇÃO). NÃO CONCESSÃO OU CONCESSÃO PARCIAL. LEI Nº 8.923/94 (DJ 11.08.2003). Após a edição da Lei nº 8.923/94, a não concessão total ou parcial do intervalo intrajornada mínimo, para repouso e alimentação, implica o pagamento total do período correspondente, com acréscimo de, no mínimo, 50% sobre o valor da remuneração da hora normal de trabalho (art. 71 da CLT). Inteligência da Orientação Jurisprudencial de nº 307 da SDI-1 do C. TST. (TRT/SP - 00654000520095020053 - RO - Ac. 17ªT [20110902151](#) - Rel. SERGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - DOE 15/07/2011)

JUSTA CAUSA

Dosagem da pena

Compartilhamento de senhas. Ausência de improbidade. Faltas e punições reiteradas. Justa causa reconhecida. "In casu", entendo que o simples compartilhamento das senhas não ensejaria, isoladamente, a justa causa. Todavia, a empregada vinha sendo, nos últimos meses, advertida por desídia em reiteradas ocasiões (fls. 54/58). Isto posto, embora a demandante não haja praticado ato de improbidade, a punição aplicada foi proporcional, já que a gradação da pena aplicada decorre da reiteração de atos impróprios que, por sua repetição, fulminam a confiança necessária para a manutenção do vínculo. (TRT/SP - 00859002220095020432 (00859200943202001) - RO - Ac. 4ªT [20110838500](#) - Rel. PAULO AUGUSTO CAMARA - DOE 08/07/2011)

MÃO-DE-OBRA

Locação (de) e Subempreitada

RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA. Súmula 331 do TST. Tendo as segunda e terceira reclamadas contratado empresa prestadora de serviços sem idoneidade financeira para cumprir seus compromissos trabalhistas respondem, subsidiariamente, pelo inadimplemento. É hipótese de culpa in eligendo e in vigilando. Apelo provido no particular. (TRT/SP - 00434009420095020381 (00434200938102004) - RO - Ac. 18ªT [20110943532](#) - Rel. LILIAN GONÇALVES - DOE 02/08/2011)

MULTA

Multa do Artigo 475 J do CPC

"Multa do art. 475-J do CPC. A norma contida no artigo 475-J do CPC não é compatível com a legislação trabalhista, pois, enquanto a norma processual estabelece intimação do advogado com o prazo de 15 dias para pagamento, sob pena de multa, o art. 880 da CLT determina a citação da parte para pagamento em 48 horas, sob pena de penhora. A determinação de aplicação da norma processual civil no processo trabalhista viola o disposto no artigo 889 da CLT, que determina explicitamente a aplicação do processo dos executivos fiscais aos trâmites e incidentes do processo de execução. A aplicação do CPC, de acordo com o artigo 769 da CLT, é subsidiária: apenas é possível quando houver omissão da CLT. Dou provimento. Juros. A r. decisão homologatória dos cálculos (fl.397) fixou o crédito líquido do reclamante em R\$ 125.939,92, na data de 30.11.2000, já com os descontos fiscais e previdenciários, considerado o depósito efetuado na Carta de Sentença. A decomposição do crédito líquido para apuração dos juros deve, portanto, ocorrer a partir do valor então fixado e não como procedido pela perícia às fl.530, com base no valor depositado, porquanto a diferença de juros deve ser computada sobre o crédito do autor e não sobre o depósito. Dou provimento." (TRT/SP - 01138007919985020071 - AP - Ac. 10ªT [20110937877](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 02/08/2011)

NULIDADE PROCESSUAL

Cerceamento de defesa

RECURSO ORDINÁRIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. CONFIGURAÇÃO. A questão da personalidade não ficou totalmente esclarecida no depoimento testemunhal referido na sentença, pois uma intermitente e constante substituição consentida pode ser parte relevante de um contrato de prestação de serviços de caráter autônomo e sem personalidade, o que colocaria a relação jurídica examinada distante da figura legal típica da relação empregatícia. Logo, mostraram-se de primordial importância as perguntas formuladas pela reclamada, sendo inegável o prejuízo infligido à recorrente pelo indeferimento da única modalidade de prova para se desvencilhar do seu ônus probatório, a teor do artigo 818 da CLT, combinado com o artigo 333 do CPC. Preliminar de cerceamento de defesa acolhida. (TRT/SP - 01180009620095020313 (01180200931302003) - RO - Ac. 9ªT [20110887071](#) - Rel. RITA MARIA SILVESTRE - DOE 15/07/2011)

PORTUÁRIO

Avulso

TRABALHADOR PORTUÁRIO. FUNDO DE NATUREZA NÃO SALARIAL. DESCONTOS. INDEVIDOS. O Fundo de Natureza não Salarial, criado por meio da cláusula 16 do Acordo Coletivo juntado aos autos, resultou no pagamento pelos Operadores Portuários signatários do percentual de 8% (oito por cento) sobre o MMO (montante de mão de obra) pago aos trabalhadores no período compreendido entre 01.03.2000 a 28.02.2005. Não restou previsto qualquer abatimento nos valores avençados, bem como não ficou demonstrado qualquer norma autorizadora nesse sentido. Assim, o desconto de 7% a título de DAS sobre as quantias recebidas é indevido e deve ser devolvido, ante a ausência de amparo legal ou convencional. (TRT/SP - 00236008820095020443 - RO - Ac. 3ªT [20110953554](#) - Rel. MERCIA TOMAZINHO - DOE 04/08/2011)

PRESCRIÇÃO

Intercorrente

PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE. INAPLICABILIDADE. Não se acolhe a prescrição intercorrente: a uma, porque a teor da Súmula 114, do C. TST, a prescrição intercorrente não cabe no processo trabalhista, quer em face da prerrogativa do impulsionamento que a lei confere ao Juiz que preside a fase de cumprimento da sentença, e ainda, porque ao contrário do processo comum, no trabalhista, salvo as exceções previstas em lei (artigos de liquidação, ação monitória, execução de título extrajudicial firmado perante Comissões de Conciliação Prévia ou termo de ajuste conduta firmado perante o Ministério Público do Trabalho), "a execução constitui simples epílogo da fase de conhecimento" (in "A Execução na Justiça do Trabalho", Francisco Antonio de Oliveira, Editora RT, 4ª Edição, pág. 38) e não um processo autônomo; a duas, porque, em que pese a demora, "in casu", o autor efetivamente promoveu o andamento processual antes que tivesse sido decretada formalmente a extinção da execução, não havendo que se falar em sua inércia, portanto. Agravo de petição a que se dá provimento. (TRT/SP - 02569004920035020061 - AP - Ac. 4ªT [20110705151](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 10/06/2011)

Prestações sucessivas ou ato único

"Preliminar de impossibilidade jurídica do pedido. Inexiste no ordenamento qualquer vedação legal que impeça o postulado pelo autor. Afasto. Prescrição total. De acordo com o entendimento cristalizado pela Súmula 294 C. TST, tratando-se de ação que envolva pedido de prestações sucessivas decorrente de alteração do pactuado, a prescrição é total, exceto quando o direito à parcela esteja também assegurado por preceito de lei. As parcelas em discussão nos presentes autos não são asseguradas por lei, vez que foram instituídas por norma coletiva. Porém, a reclamada sequer cuida em alegar que a cláusula deixou de ser inserida em normas coletivas posteriores. Mantenho. Adicional de risco. A norma coletiva contempla o benefício apenas aos agentes de segurança. Não garante, portanto, a extensão do benefício a todos os empregados expostos a riscos de assalto, até mesmo porque não há se fazer interpretação extensiva de cláusula benéfica prevista em instrumento coletivo. Os agentes de segurança são responsáveis por funções mais amplas que a do reclamante, malgrado também exerça tarefas que o expunham a risco. O adicional só é devido aos que atuavam na segurança operacional ou patrimonial, não sendo esse o caso do autor, que

laborava com o manuseio e transporte de numerário da bilheteria da ré. Não bastasse, o TST, no processo n. TST-ED-RODC-20282/206-000-02.00-4, excluiu a cláusula contida no Dissídio Coletivo n. 20282-2006-000-02-00-4, que previa a extensão ao adicional de risco para bilheteiros de estação, sob o fundamento de que tal geraria indisfarçável conotação de aumento salarial e de que entendimento contrário extrapolaria o poder normativo da Justiça do Trabalho. Isto posto, revendo posicionamento anterior, reformo o julgado para excluir da condenação o pagamento do adicional de risco. Repercussão do adicional de risco nos anuênios, horas extras, adicional noturno. Prejudicada a análise do recurso, no aspecto, em razão da reforma do julgado no tocante à concessão do adicional de risco." (TRT/SP - 01791002120085020076 - RO - Ac. 10ªT [20110937850](#) - Rel. MARTA CASADEI MOMEZZO - DOE 02/08/2011)

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Contribuição. Cálculo e incidência

CRÉDITO PREVIDENCIÁRIO - FATO GERADOR - SENTENÇA DE LIQUIDAÇÃO OU HOMOLOGAÇÃO DO ACORDO. O crédito previdenciário, nas ações trabalhistas, se constitui e tem como fato gerador a própria sentença, tornando-se devido após a liquidação da dívida ou homologação do acordo em face dos efeitos anexos ou secundários do julgado. Agravo de petição não provido. (TRT/SP - 00081005520045020443 - AP - Ac. 8ªT [20110956952](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 05/08/2011)

Contribuição. Incidência. Acordo

ACORDO APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. DISCRIMINAÇÃO DAS VERBAS PROPORCIONAL À DECISÃO. VALIDADE. O acordo após o trânsito em julgado da sentença não prejudica os créditos da União. No entanto, é válida a discriminação das verbas que respeitou os parâmetros definidos pela decisão judicial, pois os valores nominais inicialmente definidos pela sentença de liquidação não vinculam as partes com relação aos recolhimentos previdenciários, de modo que as contribuições sociais devem ter como referência o valor efetivamente recebido. Inteligência da Orientação Jurisprudencial SDI-I nº 376, do C. TST. Agravo de petição não provido. (TRT/SP - 01761009020035020010 - AP - Ac. 8ªT [20110956901](#) - Rel. ROVIRSO APARECIDO BOLDO - DOE 05/08/2011)

Contribuição. Inexistência relação de emprego

Contribuição previdenciária. Acordo homologado em juízo sem reconhecimento de vínculo de emprego. Contribuinte individual. Recolhimento da alíquota de 20% a cargo do tomador e 11% a cargo do prestador de serviços. Inteligência da OJ 398 da SDI-1 do C. TST. (TRT/SP - 00017007320085020511 - RO - Ac. 17ªT [20110964548](#) - Rel. SERGIO J. B. JUNQUEIRA MACHADO - DOE 05/08/2011)

PROCURADOR

Mandato. Instrumento. Autenticação

PROCURAÇÃO. CÓPIA SIMPLES. RECURSO NÃO CONHECIDO. 1. Nos termos dos artigos 37 e 38 do Código de Processo Civil, a procuração é instrumento indispensável à existência e validade dos atos praticados pelo advogado no processo, razão pela qual deve ser apresentada em original ou em cópia devidamente autenticada. 2. No caso, constata-se que a procuração da empresa

para a procuradora SIRLEI APARECIDA FIOCCHI PEREZ, às fls. 35 dos autos, encontra-se em simples cópia reprográfica, sem autenticação, em inobservância ao disposto no artigo 830 da CLT, de molde que o instrumento de mandato de fls. 34, no qual a procuradora outorga poderes à advogada subscritora do recurso ordinário interposto pela reclamada encontra-se irregular, sendo também irregular a representação processual da recorrente, o que acarreta a inexistência do recurso. 3. Desta maneira, a representação processual da recorrente é irregular, o que acarreta a inexistência do recurso, nos termos da Súmula 164, do Colendo Tribunal Superior do Trabalho. 4. Por fim, registre-se que não é possível regularizar a representação (art. 13 do CPC) na fase recursal, consoante o disposto na Súmula nº 383, também do C. Tribunal Superior do Trabalho. (TRT/SP - 00723001820085020383 (00723200838302005) - RO - Ac. 4ªT [20110936250](#) - Rel. MARIA ISABEL CUEVA MORAES - DOE 05/08/2011)

RADIODIFUSÃO

Radialista

Radialista. Enquadramento. Empregada contratada por Igreja como "assistente" cumulando as funções de "produtora" e "locutora" de programa de rádio. Entidade que não tem como atividade preponderante a radiodifusão, mas se utiliza de emissora de rádio ("arrendamento de horário") como complemento do seu objetivo principal de "divulgação do Evangelho". Empregadora não representada pelo Sindicato das Empresas de Rádio e Televisão. Inaplicabilidade das convenções dos radialistas (TST, Súmula 374). (TRT/SP - 01506001420065020011 - RO - Ac. 6ªT [20110744092](#) - Rel. RAFAEL E. PUGLIESE RIBEIRO - DOE 17/06/2011)

RECURSO

Pressupostos ou requisitos

RECURSO ELETRÔNICO. SIS-DOC. ANEXO ILEGÍVEL. NÃO CONHECIDO. Não se conhece de recurso via Sis-Doc. quando ilegível o anexo, tornando impossível conferir o preparo da medida. Embora o art. 7º da Instrução N.º 30 do C. TST preveja que o envio da petição pelo e-DOC dispensa a apresentação posterior dos originais ou cópias autenticadas, inclusive os destinados a comprovar os pressupostos de admissibilidade do apelo, os arts. 5º, 6º e 11 dessa instrução endereçam exclusivamente à parte que optar pelo serviço eletrônico, o encargo de anexar os arquivos em conformidade com as restrições impostas pelo sistema (formatação, tamanho do arquivo enviado etc), bem como verificar a qualidade dos originais a serem impressos pelo Tribunal, por intermédio das respectivas unidades administrativas (art. 10, IN 30, TST). Vale salientar que o usuário do serviço eletrônico, mesmo à distância, pode acompanhar o inteiro teor da petição enviada no sítio deste E. TRT, inclusive dos anexos. Recurso ordinário não conhecido e, conseqüentemente, recurso adesivo também não conhecido. (TRT/SP - 00768000320105020434 - RO - Ac. 4ªT [20110623147](#) - Rel. RICARDO ARTUR COSTA E TRIGUEIROS - DOE 27/05/2011)

RELAÇÃO DE EMPREGO

Configuração

VÍNCULO DE EMPREGO. Ausência de pessoalidade. Do conjunto fático-probatório, emerge inafastável a ausência de pessoalidade - requisito de que trata o art. 3º da CLT - absolutamente imprescindível à condição de empregado, porquanto poderia fazer-se substituir por outro trabalhador. Ora, é cediço que o

contrato de trabalho é necessariamente intuitu personae relativamente ao empregado, não admitindo qualquer substituição, ainda que eventual. Apelo que se dá provimento para julgar improcedente a ação. (TRT/SP - 00805008020085020070 (00805200807002009) - RO - Ac. 18ªT [20110942781](#) - Rel. LILIAN GONÇALVES - DOE 02/08/2011)

SALÁRIO-UTILIDADE

Alimentação (em geral)

Universidade de São Paulo. USP. Vale refeição. Conjugados os requisitos previstos nas normas internas, tem jus o trabalhador ao benefício instituído. Apelo provido parcialmente. (TRT/SP - 01969008320095020090 (01969200909002009) - RO - Ac. 18ªT [20110942650](#) - Rel. LILIAN GONÇALVES - DOE 02/08/2011)

SINDICATO OU FEDERAÇÃO

Contribuição legal

RECURSO ORDINÁRIO. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. EMPREGADOS NÃO ASSOCIADOS. PREVISÃO DE DESCONTO EM CONVENÇÃO COLETIVA DA CATEGORIA. INDEVIDO. 1. Não obstante o instrumento coletivo de trabalho acostado com a proemial determine o desconto da contribuição assistencial de todos os empregados representados pelo sindicato autor, associados ou não, a sua eficácia é restrita aos associados do respectivo Sindicato. Cláusula diversa é nula por afronta ao princípio da liberdade de associação consagrado no artigo 5º, XX e 8º, inc. V, da CF/88. Aplica-se, por analogia, a orientação contida na Súmula 666 do Pretório Excelso: "A contribuição confederativa de que trata o art. 8º, IV, da Constituição, só é exigível dos filiados ao sindicato respectivo". Curvo-me, outrossim, ao Precedente Normativo n. 119 e Orientação Jurisprudencial n. 17, ambos da SDC do TST. 2. Conforme entendimento consubstanciado através do Precedente Normativo 119 e da Orientação Jurisprudencial nº 17, ambos da SDC do C. TST, afronta o livre direito de associação e sindicalização a cláusula constante de acordo, convenção coletiva ou sentença normativa, estipulando contribuição em favor de entidade sindical a título de taxa para custeio do sistema confederativo, assistencial, revigoração ou fortalecimento sindical e outras da mesma espécie, obrigando trabalhadores não sindicalizados. 3. Entrementes, ressalte-se que o fato de os referidos preceitos jurisprudenciais serem direcionados para as ações trabalhistas coletivas não inviabiliza a adoção, por analogia, da orientação neles contidas no caso concreto, haja vista a afinidade existente entre as matérias tratadas. (TRT/SP - 00157005720075020012 (00157200701202009) - RO - Ac. 4ªT [20110936269](#) - Rel. MARIA ISABEL CUEVA MORAES - DOE 05/08/2011)

AÇÃO DE CUMPRIMENTO CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL. EMPREGADOS NÃO FILIADOS AO RESPECTIVO SINDICATO. A cobrança da contribuição assistencial dos não sindicalizados, ainda que estipulada em Convenção Coletiva de Trabalho, viola o direito de ampla liberdade e filiação previsto nos arts. 5º, XX e 8º V, ambos da CF, bem como o disposto no art.545 da CLT, que condiciona o desconto em folha de pagamento à autorização dos empregados. (TRT/SP - 01868002320085020052 (01868200805202000) - RO - Ac. 8ªT [20110702985](#) - Rel. RITA MARIA SILVESTRE - DOE 14/07/2011)

Enquadramento. Em geral

ESTABILIDADE PRÉ-APOSENTADORIA. ENQUADRAMENTO SINDICAL. Nos termos do artigo 581, parágrafo 1.º, da CLT, o enquadramento sindical patronal se define através da atividade preponderante da empresa. De acordo com os documentos dos autos, a reclamada se trata de Entidade Beneficente de Assistência Social da área de saúde, não se enquadrando na Convenção Coletiva de Trabalho trazida pelo autor na exordial. Estando a reclamada filiada a sindicato diverso, não faz jus o recorrente à estabilidade postulada. Recurso que se nega provimento. (TRT/SP - 00013071820105020079 - RO - Ac. 17ªT [20110962545](#) - Rel. ORLANDO APUENE BERTÃO - DOE 05/08/2011)

Representação da categoria e individual. Substituição processual

Defesa de direitos individuais puros ou heterogêneos. Ilegitimidade da entidade sindical para atuar como substituto processual. Os entes sindicais possuem legitimidade para a defesa dos interesses da categoria, seja individual, seja coletivo, envolvendo toda a classe que representa, ou mesmo parte dela. Todavia, a possibilidade de o sindicato atuar como substituto processual na seara individual restringe-se à defesa dos interesses individuais homogêneos, assim entendidos aqueles decorrentes de origem comum e cuja dimensão coletiva se sobrepõe à individual (artigo 81, inciso III, da Lei 8078/90). Em se tratando de ação de índole individual pura ou heterogênea, o ente sindical não detém legitimidade para postular o decreto de nulidade das alterações contratuais e o pagamento de horas extras, em razão da suposta violação ao contido no artigo 71, da CLT. Inteligência do artigo 8º, inciso III, do Texto Magno, do artigo 81, inciso III, da Lei 8070/90 e do artigo 6º, do CPC. Extinção do processo sem resolução de mérito, nos termos do artigo 267, inciso VI, do CPC, ante a ilegitimidade ativa "ad causam", que ora se mantém. (TRT/SP - 00004432720105020031 - RO - Ac. 9ªT [20110877726](#) - Rel. JANE GRANZOTO TORRES DA SILVA - DOE 15/07/2011)